

Lula assina MPs com reajuste funcionalismo das carreiras exclusivas de Estado

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou, na sexta-feira (29 de agosto), duas medidas provisórias que concedem aumento a aproximadamente 350 mil servidores, contemplando cerca de 54 carreiras do fun-

cionalismo público. O reajuste beneficia servidores públicos de altas carreiras do Executivo, como Itamaraty, Advocacia-Geral da União, Receita Federal e Banco Central, entre outras.

(Página 4)



Voto não tem preço, tem consequências



"Quatro anos é muito tempo para se perder", disse Carlos Alberto, presidente do Sindsep-MT

(Página 4)

Salário mínimo poderá chegar a R\$ 460 em 2009

O salário mínimo que entrará em vigor em fevereiro de 2009 poderá chegar a R\$ 460. O valor de R\$ 453,67, definido na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e sancionado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva na sexta-feira, 15 de agosto, deve ser arredondado, segundo líderes do governo e da oposição na Câmara e no Senado. Hoje, o piso é R\$ 415. (Página 3)



Foto: Wilson Maranhão

Esforço garante inclusão na Gacen, mas negociações devem continuar

A publicação da MP 441 confirmou um avanço nas negociações travadas pela Condsef, CUT e

também o Sindsep-MT com o Governo. A reivindicação buscou a inclusão de 5 mil servidores de

fora da proposta que criou gratificação (Gacen) para servidores da Funasa. (Página 3)

Servidores da Conab dizem sim ao indicativo de greve

Trabalhadores da Conab de Mato Grosso atenderam, por unanimidade, à Convocatória Nacional sobre o indicativo de greve. A mobilização se sustenta na insatisfação da categoria com o PCS. A resposta firme veio de todo o Brasil, evidenciando a insatisfação geral.

(Página 3)



Aposentados pela Paridade

Nos dias 9 e 10 de setembro, os sindicatos filiados à Condsef estarão mobilizados numa grande caravana a Brasília em defesa da paridade e contra o PLP 92/06. Estão programados seminários, debates e manifestações:

9.09 – 9h – Debate sobre o PLP 92 com a participação de Alice Portugal, Luís Fernando (advogado da Condsef) e Antônio Augusto (DIAP);

10.09 – 9h – Ato na Esplanada dos Ministérios pela retirada do PLP 92 e revogação da contra-reforma da Previdência, com entrega do abaixo-assinado pela retirada do PLP 92 aos presidentes do Senado, da Câmara, na Casa Civil e no gabinete da Presidência da República.

Todos juntos contra o PLP 92

Editado pelo governo Lula em 13.07.07, o PLP 92 tenta dar continuidade à contra-reforma administrativa de FHC-Bresser Pereira (Emenda Constitucional 19/1998).

De acordo com o texto, em tramitação no Congresso, podem ser transferidos para mãos privadas equipamentos públicos, gestão dos servidores e verbas para as seguintes áreas:

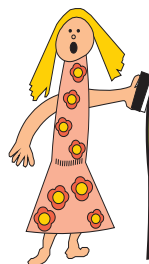
- saúde;
- assistência social;
- cultura;
- desporto;
- ciência e tecnologia;
- meio ambiente;
- previdência complementar do servidor público;
- comunicação social;
- promoção do turismo nacional.

O Sindsep-MT está engajado nessa campanha.

Fonte: EG 298

Atenção aposentados e pensionistas

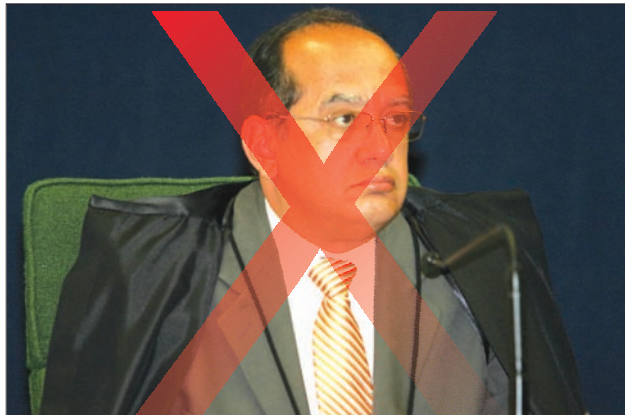
O Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso (Sindsep-MT) chama seus aposentados e pensionistas para requerer que seja adequado os proventos da aposentadoria ou pensão em conformidade com o artigo 55 da Medida Provisória 431/08. A diretoria da entidade se coloca à disposição para esclarecimentos e encaminhamentos.



Presidente do Sindsep-MT protesta contra Gilmar Mendes

O presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso (Sindsep-MT), Carlos Alberto de Almeida, rechaça as recentes decisões do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), o ministro mato-grossense, Gilmar Mendes, tendo em vista que contradizem o decoro de uma sociedade.

Na Operação Satiagraha, da Polícia Federal, que investiga crimes financeiros e desvio de verbas públicas foram presas 17 pessoas. Mas os criminosos de "colarinho-branco" conseguiram liberdade após habeas corpus concedido pelo STF. A sociedade questiona o rigor da lei que privilegiou o banqueiro Daniel Dantas, Naji Nahas, Celso Pitta entre outras "fícuras conhecidas". O presidente da OAB de Mato Grosso, Francisco Faiad, foi um daqueles que entoraram seu manifesto contra o STF e questionou-se com esse histórico, os supostos corruptos mereciam liberdade.



Ministro Gilmar Mendes

Outro impasse que se discute é a possibilidade do Supremo decidir, até o final do ano, sobre o fim do diploma dos jornalistas. A decisão daria a possibilidade de qualquer pessoa, sem qualificação profissional, exercer a função de formador de opinião e desta forma abrindo margem para uma concorrência no mercado de trabalho que colocaria em alta a quantidade de mão-de-obra ao

invés de qualidade. Seria uma forma de jornalismo em escala industrial, com salário mais baixo e a uma ditadura subliminar nos corredores das redações.

Gilmar Mendes, também marcou presença em favor dos candidatos "ficha-suja". O presidente decidiu que a posição da Corte sobre a "vida pregressa" não é fator determinante dos pedi-

dos de impugnação de registro de candidaturas. Ou seja, para concorrer ao cargo de prefeito ou vereador, o postulante não precisa ter um passado claro, pode ser suspeito de envolvimento com corrupção e ainda assim se eleger e conseguir os privilégios da vida política. É uma questão delicada quando se leva em consideração os princípios que regem

a moralidade.

Além disso, os funcionários dos Correios também estão preocupados. Está nas mãos do Supremo decidir pela quebra do monopólio da empresa, o que faria com que empresas privadas pudessem concorrer com este segmento do mercado. A categoria questiona se isso não fará com que alguns privilegiados fiquem com o "filé" do mercado do serviço postal, enquanto

eles teriam somente a responsabilidade da carta social, que é a mais barata. Isso acarretaria na queda de seu orçamento.

Segundo Carlos, por essas atitudes citadas e por outras que ele vem se manifestar contra o ministro. O presidente do Sindsep-MT acredita que dar voz a sua indignação tem um significado maior tendo em vista que o presidente do STF é um cidadão de Mato Grosso.



Carlos Alberto de Almeida, presidente do Sindsep-MT

A Formação tem que continuar

Helder Molina
(Historiador, assessor e educador sindical, professor da Faculdade de Educação da UERJ)

A emancipação dos trabalhadores deve ser obra dos próprios trabalhadores, as mudanças sociais profundas só foram realizadas a custo de muita luta de nossa classe. A única classe que desejo, pode e precisa mudar o mundo é a classe dos trabalhadores.

Essas questões só podem ser compreendidas se estudar paciente e atentamente a realidade. Conhecer para lutar melhor. Debater para aprender coletivamente. A formação é mais do que nunca essencial para os sindicatos e para todos movimentos sociais. Formas novos militantes, descobrir coletivamente novas estratégias e formas de lutas.

O mundo hoje é complexo, mas não adiante só constatar isso. Todas as vezes em que terminamos um curso ou seminário de formação, no momento da avaliação, a maioria dos participantes reafirmam a importância da formação política, tanto para os novos quanto para os antigos militantes e dirigentes.

Que a formação deve ser prioridade, deve ser continuada, abordar outros temas, para compreender a história, a economia, a política, a sociedade, direitos sociais, meio ambiente, saúde, gênero, cultura, educação, o Estado, enfim, aprofundar o conhecimento sobre todos os aspectos da vida do trabalhador.

É esse sentimento de que a formação é algo estratégico, fundamental e necessário, vem sendo manifestado em todos os espaços de debate das direções, congressos e plenárias sindicais. É verdade que vivemos um tempo complexo, com profundas e aceleradas mudanças no mundo do trabalho, de globalização, crise do emprego formal e do trabalho assalariado.

Um tempo em que a dominação capitalista se traveste de novas formas de gestão, de novos métodos de produção, de novas socializações baseadas no consumo, no individualismo, na competição é na desenfreada busca de respostas individuais para problemas que só podem ser resolvidos coletivamente.

As inovações tecnológicas, o endeusamento do mercado, que transforma o dinheiro numa religião, a alienação crescente dos jovens, a falta de perspectivas profissionais, a exclusão crescente das massas trabalhadoras, colocam para nós o desafio de se debruçar nos estudos, abandonar as respostas fáceis, os chavões, as palavras de ordens vazias de conteúdos, e aprofundar na reflexão política da realidade em que vivemos.

Ler, criticar o que lê, estabelecer comparações sobre o que se está lendo, buscar dados, informações complementares, se abastecer de teoria, para enfrentar um praticismo cada dia mais despolitizado que assola o sindicalismo atual.

A formação é uma arma estratégica, uma ferramenta cada dia mais essencial, pois ela permite o debate, a reflexão coletiva, a elaboração científica das respostas aos nossos atuais desafios. O próprio movimento sindical passa por profundas mudanças, temos o desafio colocado pela reconhecimento e legalização das centrais sindicais, pelo nova configuração da estrutura sindical atual.

Tarefas cada dia mais importantes como a luta pela redução da jornada de trabalho, o combate ao imposto sindical e a busca de novas formas autônomas e livres de financiamento dos sindicatos, a necessidade de se realizar campanhas massivas de sindicalização, no sentido de fortalecer os sindicatos.

As lutas pela aprovação das convenções da OIT (87, 151, 158), entre outras urgentes tarefas. No setor público, garantir as mesas de negociação, a ampliação e defesa dos direitos, o respeito ao trabalhador do serviço público.

Por isso criar, ter, manter e aprofundar seu plano de formação política e sindical, fortalecendo as delegacias, OLTs, sessões sindicais, CIPAs, núcleos, representações por locais de trabalho, etc. politizando os debates, ampliando sua representação, trazendo novos filiados, dando argumentos aos seus dirigentes nos embates contra o Estado e os patrões.

O sindicalismo combativo, representado pela CUT, deve aprofundar a formação, para consolidar-se como a central sindical mais representativa, forte, democrática, autônoma, independente, e de luta e enraizada em todo território nacional. Não é hora de divisão, de aventuras, de esquerdismo, de palavras de ordens vazias de sentido prático e de engajamento estratégico.

Organizar um coletivo de formação, manter uma agenda de cursos, com metodologias que garantam a participação de todos, em todos os níveis, sem dogmatismos, sem preconceitos, sem patralhamentos, sem arrogâncias pretensamente intelectuais, são tarefas da gestão sindical.

Analisar a conjuntura, discutir e conhecer as concepções sindicais em disputa hoje no movimento, conhecer a história de nossa classe, estudar as classes sociais, o Estado brasileiro, abordar as questões de gênero, sexualidade, juventude, aposentados, questões étnico-raciais, enfim, uma agenda plural, que não seja meramente decorativa, mas permanente, continuada, para fazer avançar nossa organização, na luta contra o capitalismo e seu Estado, a burguesia, e os inimigos dos trabalhadores. Se muito conquistamos, é porque muito lutamos.

Avançar depende da nossa união, solidariedade e construção coletiva. Se muito vale o já feito, mais vale o que será.

Helder Molina
Historiador, educador sindical da CUT, professor da faculdade de Educação da UERJ

EXPEDIENTE

Boletim Informativo do SINDSEP-MT

Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso
Rua Dr. Carlos Borralho, nº 82, bairro Poçoão, CEP: 78.015-630, Cuiabá/MT
Telefones: (65) 3023 6617 / 3023 9338 - e-mail: sindsepmt@gmail.com
Jornalista Responsável: Thais Raelli - DRT 26 646/RJ
Tel.: (65) 8126-0123 E-mail: jornalista@mt.com
Diagramação/Edição de Arte: Mario Pulcherio Filho - 9214-8099

DIRETORIA EXECUTIVA: CARLOS ALBERTO DE ALMEIDA (PRESIDENTE), ROOSEVEL MOTTÁ (VICE-PRESIDENTE), DAMASIO DE SOUZA PEREIRA (1º SECRETÁRIO), LUIZ MAURO EVANGELISTA (2º SECRETÁRIO), EDSON LUIZ DOS SANTOS (1º TESOUREIRO), IDIO NEMÉSIO DE BARROS NETO (2º TESOUREIRO), ADEBAL CASTRO QUEIROZ (1º SEC. ADM), ADELINO FERREIRA CAMPOS (2º SEC. ADM), MAURÍCIO ALVES RATTACASO JÚNIOR (1º SEC. FORM. SIND), IRACY OLIVEIRA FERREIRA (2º SEC. FORM. SIND), JAMIL OURIÉVES JÚNIOR (1º SEC. JURÍDICO), AMÉLIA ALVES SANTANA (2º SEC. JURÍDICO), IDEVALDO BERNARDES DE OLIVEIRA (1º SEC. INTERIOR), ADELIO DA SILVA JÚNIOR (2º SEC. INTERIOR), MARINEZIO SOARES DE MAGALHÃES (1º SEC. IMPRENSA), ELIETE DOMINGOS DA COSTA (2º SEC. IMPRENSA), IZABEL SANTANA DA SILVA (1º SEC. APOÓS. E PENS.), ENILDO GOMES (2º SEC. APOÓS. E PENS.), EDIVAN DA SILVA CAMPOS (1º SEC. ANIST. E DEMIT.), MANOEL ARNALDO DAS CHAGAS (2º SEC. ANIST. E DEMIT.), ROSINA DE ALMEIDA PAIVA (1º SEC. CULTURA), PATRÍCIO FERREIRA ORTIZ (2º SEC. CULTURA). SUPLENTE PARA DIRETORIA EXECUTIVA: SEBASTIÃO DE JESUS (1º), SAMUEL FERNANDES DE SOUZA (2º), FRANCISCO ROBERTO DIAS NETO (3º), MIRTES BENEDETA RONDON (4º), FRED CEBALHO (5º), DONATO FERREIRA DA SILVA (6º). CONSELHO FISCAL: VALDEMAR RODRIGUES SILVA (1º), MANOEL JOÃO DA SILVA (2º), JUÁREZ JUSTINO DE BARROS (3º). SUPLENTE: JOÃO GALDINO (1º), ARCILIO DE BARROS FILHO (2º), JOSÉ GONZAGA DE FREITAS (3º)

Servidores da Conab dizem sim ao indicativo de greve

Thais Raeli
Da Reportagem

Trabalhadores da Conab de Mato Grosso atenderam, por unanimidade, à Convocatória Nacional sobre o indicativo de greve. A mobilização se sustenta na insatisfação da categoria com o PCS. A resposta firme veio de todo o Brasil, evidenciando a insatisfação geral.

As reuniões aconteceram no início do mês de setembro (3) em âmbito nacional. Em Brasília, na Assembléia ficou decidida também uma manifestação, dos tra-



balhadores da Conab, no próximo dia 11 de setembro, em frente ao Ministério do Planejamento.

Enfrentando um processo de negociação longo que ainda não trouxe resultados práticos, os servidores estão

insatisfeitos com a morosidade e a falta de interlocutores capazes de levar as reivindicações adiante. A Associação Nacional dos Empregados da Conab vai conduzir as assembleias nos estados. O Sindsep-MT dará apoio a categoria.

Para os servidores da Conab, indicar essa disposição não implica em renunciar aos caminhos da negociação, mas expressa uma apreensão com os rumos que os pleitos da categoria estão tomando dentro do governo. O objetivo dos servidores é negociar diretamente com o Ministério do Planejamento uma solução para o processo negocial que se arrasta há anos.

Salário mínimo poderá chegar a R\$ 460 em 2009



O salário mínimo que entrará em vigor em fevereiro de 2009 poderá chegar a R\$ 460. O valor de R\$ 453,67, definido na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e sancionado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva na sexta-feira, 15 de agosto, deve ser arredondado, segundo líderes do governo e da oposição na Câmara e no Senado. Hoje, o piso é R\$ 415.

O vice-líder do governo no Congresso, deputado Gilmar Machado (PT/MG), disse que a liderança defenderá os R\$ 460 durante a definição do Orçamento para 2009. A bancada do PSDB no Senado também confirmou que o valor pode subir.

Para a vice-líder do partido no Senado Marisa Serrano (PSDB/MS),

se sobram recursos no Orçamento de 2009, o valor do mínimo deve ser arredondado. "Normalmente, quando os valores aprovados antes são quebrados, o Governo acaba arredondando", disse.

Segundo o relator do Orçamento Geral da União, senador Delcídio Amaral (PT/MS), a previsão é que o Orçamento, com o reajuste do mínimo, seja aprovado no Congresso até 20 de dezembro.

Para que comece a valer em fevereiro, o novo mínimo ainda terá de ser aprovado pelos deputados e senadores. Caso o tempo não seja suficiente para a aprovação de um projeto, o presidente Lula poderá editar medida provisória instituindo o piso para 2009.

(Fonte: Folha de S. Paulo)

Esforço garante inclusão na Gacem, mas negociações devem continuar

A publicação da MP 441 confirmou um avanço nas negociações travadas pela Condsef, CUT e também o Sindsep-MT com o Governo. A reivindicação buscou a inclusão de 5 mil servidores de fora da proposta que criou gratificação (Gacem) para servidores da Funasa. O artigo 284, da MP 441, aplica o mesmo direito do artigo 54 da MP 431 a servidores antes privados na inclusão da Gacem em seus contracheques.

Um intenso processo de negociação foi necessário para garantir a inclusão dos cargos. Com isso, mais de 96% dos antes excluídos conquistaram direito à Gacem, que substitui a indenização de campo. As enti-

dades sindicais vão continuar negociando uma solução para os cerca de 4% que vão continuar de fora da proposta. Veja a seguir os cargos contemplados. Outras informações serão divulgadas ao longo da do mês no site do Sindsep-MT.

As assessorias técnicas da Condsef e do Sindsep deram início a uma "operação pente fino" para detectar possíveis incorreções nas MPs e descumprimentos de acordados firmados ao longo deste intenso processo de negociação.

Sobre os 4% que continuam de fora da proposta que criou a Gacem, o governo alega desvio de função para mantê-los sem a gratificação. Será preciso buscar

uma solução para esses casos, além de discutir com gestores da Funasa e dos ministérios da Saúde e Planejamento a publicação de uma suposta Portaria que limitaria o recebimento da Gacem e pode trazer problemas aos servidores.

Veja a seguir os cargos contemplados pela MP 441:

- I - Agente de Saúde;
- II - Auxiliar de Laboratório;
- III - Auxiliar de Laboratório 8 horas;
- IV - Auxiliar de Saneamento;
- V - Divulgador Sanitário;
- VI - Educador em Saúde;
- VII - Laboratorista;
- VIII - Laboratorista Jor-

nada 8 horas;

- IX - Microscopista;
- X - Orientador em Saúde;
- XI - Técnico de Laboratório;
- XII - Visitador Sanitário; e
- XIII - Inspetor de Saneamento.

Em parágrafo único, a MP 441 garante a Gacem também ao "titular do cargo de Motorista ou de Motorista Oficial, que, em caráter permanente, realizar atividades de apoio e de transporte das equipes e dos insumos necessários para o combate e controle das endemias fará jus à gratificação a que se refere o caput".

Fonte: Condsef

Demonstração do Resultado		33.710.088/0001-94	
SIND DOS SERV PUBLICOS FEDERAIS DE MT		Período: Julho/2008	
Receitas Brutas		INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO REDE INFORMATICA	200,00
(-) RESSARCIMENTO DE CONTRIBUIÇÃO	431,68	DESPESAS COM CARTORIO	73,80
MIN PLANEJAMENTO	176,35	MATERIAIS DE ESCRITÓRIO	576,00
EXERCITO	3.220,49	LANCHES E REFEIÇÕES	76,77
MIN EDUCACAO (MEC)	15,64	DESPESA C/ COMBUSTIVEL	363,49
MIN AGRICULTURA.	4.506,69	MANUTENÇÃO DE VEÍCULO	37,00
MIN FAZENDA	2.801,91	DESPESA C/ ESTACIONAMENTO	6,00
MIN JUSTIÇA	34,47	MATERIAIS DE INFORMATICA	130,00
POLICIA FEDERAL	28,03	CORREIOS E POSTAGENS	52,00
MIN AERONAUTICA	37,83	COPIAS E REPRODUÇÕES	70,80
MPAS/SAS	201,89	HONORARIOS ADVOCATICIOS	2.500,00
MIN SAUDE	325,51	DESPESAS TAXI	89,00
D R T	950,19	SERVICOS LIMPEZA	25,00
CEFET/MT	109,59	JORNAIS E REVISTAS	65,00
U F M T	381,22	KENTEL PLUS ALARME	180,00
FUNAI	4.406,59	CONDSEF	750,00
M M E	82,93	MATERIAL DE LIMPEZA E CONSUMO	24,00
D N P M	25,80	MENSALIDADE COPIADORA	300,00
FUNASA	24.019,84	COPIAS EXCESSO	171,80
A N V S	29,71	VIAGENS	2.597,76
D N I T	426,27	MENSALIDADE SOFTWARE NETSPEED	70,00
A G U	28,80	JORNAL O COMPROMISSO	1.150,00
IBAMA	754,14	ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO	1.000,00
MIN COMUNICAÇÕES	546,14	AJUDA DE CUSTO	779,93
INCRA	10.486,01	CUT NACIONAL	1.500,00
I B G E	37,49	PAGTO EMPRESTIMO	15.000,00
MIN TRANSPORTES	3.818,24	BISA SIST AUTOMACAO LTDA	750,00
I N S S	802,77	DESPESAS MANUTENÇÃO	5,80
MIN MARINHA	107,00	FESTA RETORNO ANISTIADOS	330,00
CONAB	6.717,42	REUNIAO DIRETORIA DIA 26/07/2008	1.652,68
D P R F	121,41	VIAGEM NORTAO PARA RET DELEGADOS	6.558,96
CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS	176,92	DOACAO MAT. HOSPITALAR E MEDICAMENTOS	32,97
(-) Deduções		(-) Despesas Gerais e Trabalhistas	44.220,05
RECEITA LIQUIDA	64.945,63	SALÁRIOS	1.986,50
SUPERÁVIT BRUTO	64.945,63	FGTS	148,00
(-) Despesas Financeiras		INSS	1.231,25
TARIFAS BANCARIAS	28,50	VALE TRANSPORTE	360,85
TARIFA PACOTE DE SERVIÇOS	21,00	AJUDA ALIMENTAÇÃO	100,00
JUROS EMPRESTIMO	750,00	PARCELAMENTO INSS	1.247,78
(-) Despesas Administrativas		PARCELAMENTO FGTS	1.137,69
MATERIAIS DE LIMPEZA	75,12	ESTAGIARIA SETOR JURIDICO	500,00
TELEFONIA E TELECOMUNICAÇÕES	1.674,00	AJUDA DE CUSTO PRESIDENTE	7.857,60
ENERGIA ELÉTRICA	464,77	ACORDO JUDICIAL IDNETE DOURADOS	1.000,00
HONORÁRIOS CONTÁBEIS	4.759,00	AJUDA DE CUSTO DIRETORES	1.000,00
PRIMEIROS SOCORROS MEDICAMENTOS	42,80	INSS PAGTO GESTÃO ANTERIOR	4.871,32
ÁGUA E ESGOTO	85,60		21.440,99
MARIA DE JESUS DA SILVA CONTABILISTA C.R.C. : MT-009536-O-4 C.P.F. : 766.765.801-00		CARLOS ALBERTO DE ALMEIDA PRESIDENTE R.G. : 474000 SJ/MT C.P.F. : 349.054.641-53	
SIND. DOS SERV. PUBLICOS FEDERAIS DE MT (0xx65) 3023-9338			

Lula assina MPs com reajuste funcionalismo das carreiras exclusivas de Estado

Duas medidas provisórias aumentam salário de 54 categorias. MP anterior já havia contemplado outros 1,4 milhão de servidores

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou, na sexta-feira (29 de agosto), duas medidas provisórias que concedem aumento a aproximadamente 350 mil servidores, contemplando cerca de 54 carreiras do funcionalismo público. O reajuste beneficia servidores públicos de altas carreiras do Executivo, como Itamaraty, Advocacia-Geral da União, Receita Federal e Banco Central, entre outras.

A medida entrou em vigor com a publicação no Diário Oficial da União na edição extra da sexta-feira. O ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, explicou que os reajustes foram negociados com todas as categorias e serão escalonados em 2008, 2009 e 2010. Como o reajuste contemplará três anos, não há na proposta orçamentária previsão de recursos para novas negociações.

1,4 milhão de servidores

Outra medida provisória com reajuste para 1,4 milhão de servidores foi aprovada pela Câmara no mês passado e pelo Senado, na quarta-feira (27 de agosto). A MP contempla 800 mil civis e 600 mil militares. Servidores de 17 categorias são beneficiados por este reajuste. A MP retorna para sanção do presidente Lula.

O impacto deste reajuste no Orçamento de 2008 será de R\$ 7,7 bilhões. Para atender a essa nova despesa, o Congresso já aprovou um projeto de lei destinando recursos para o pagamento de servidores. O texto já prevê o escalonamento dos reajustes até 2011 e garante a paridade do reajuste para os aposentados.

Os reajustes para os servidores civis variam de 9% a 105% de acordo com a categoria. Em relação aos militares, o reajuste médio é de 47% e será retroativo a janeiro.



Entre as categorias beneficiadas por este reajuste estão os servidores de uni-

versidade federais, da Polícia Federal, do Instituto Nacional de Colonização e

Reforma Agrária (Incr), do Hospital das Forças Armadas (HFA), servidores do Minis-

tério da Cultura, técnicos administrativos em educação, entre outros. (Fonte: G1)

Voto não tem preço, tem consequências

“Quatro anos é muito tempo para se perder”, disse Carlos Alberto, presidente do Sindsep-MT

Thais Raeli
Da Reportagem

O Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso (Sindsep-MT) chama seus filiados e também os demais eleitores para combater a corrupção eleitoral. Através do site e do jornal *O Compromisso*, o sindicato inicia uma campanha educativa para conscientizar a população no período que antecede as eleições 2008.

A campanha é uma ação para alertar os eleitores que “Voto não tem preço, tem consequências”, numa verticalização com as entidades estão ligadas ao Movimento de Combate à Corrupção

Eleitoral e também de campanhas da Corte Eleitoral que alertam que quatro anos é muito tempo para se perder. Nas próximas edições, o Sindsep-MT continuará debatendo o tema, a fim de alertar os eleitores da importância do voto.

Segundo o presidente do Sindsep-MT, Carlos Alberto de Almeida, é importante que se conheça a vida pregressa do candidato, mesmo com a decisão do Supremo Tribunal Federal, que permite que os postulantes aos cargos municipais que tenham pendências na Justiça sejam candidatos.

Sobre o trabalho a importância do voto Carlos destacou: “Sou contra os candidatos que tenham fi-



cha suja na vida pregressa, porque não podemos perder tempo. Ter a ficha

suja, ou seja, estar com o nome ligado em algum tipo de corrupção, significa fal-

ta de compromisso com a população e a busca de um cargo público para favorecer interesses próprios”.

Para um voto responsável, a campanha propõe que o eleitor analise o candidato quanto aos itens honestidade, transparência, engajamento com a luta do povo, respeito ao povo e suas organizações, empenho pela justiça social, fidelidade partidária e formas de custeio da campanha.

LEI Nº 9840, de 28 de setembro de 1999

Trata-se da Lei contra a corrupção eleitoral, aprovada pelo Congresso Nacional como resultado de

uma Iniciativa Popular de Lei que recolheu um milhão de assinaturas em todo o Brasil.

A Lei, com o número 9840, foi sancionada pelo Presidente da República em 28 de setembro de 1999 e publicada no Diário Oficial da União no dia seguinte, o que a tornou aplicável nas eleições municipais deste ano.

Essa Lei visa dar mais eficácia à Justiça Eleitoral na sua ação para coibir o crime da compra de votos e o uso da máquina administrativa. A punição - cassação do registro do candidato - será aplicada mais rapidamente, isto é, antes da eleição ou da diplomação do infrator.



Acesse os sites:
www.sindsepmt.org
 e
www.jornalista.com.br

Rua Dr. Carlos Borralho, nº 82, no bairro Poção - Cuiabá-MT
 Fone: (65) 3023-6617 ou (65) 3023-9338.

